



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA**  
**Administrativo**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 176/2018 DE 27 de novembro de 2018**

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162, Modalidade Dispensa por Limite – FIRMADO ENTRE O **MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA**, CNPJ N. 95.990.131/0001-70 E A EMPRESA **PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTAO LTDA - ME**

TERMO DE CONTRATO REFERENTE AO PROCESSO Nº 162/2018, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O **MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA**, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº **95.990.131/0001-70**, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL SR. **MARCIANO MAURO PAGLIARINI**, INSCRITO NO CPF SOB O Nº **021.563.329-67**, NESTE ATO DENOMINADO **CONTRATANTE**, E PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTAO LTDA - ME, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 16.457.852/0001-42, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ANGELITA ADRIANE DE CONTO, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 035.306.539-00, NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, SOB FORMA DE CONTRATAÇÃO **DA EMPRESA VENCEDORA**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1 - O objeto do presente contrato é a Assessoria no âmbito da gestão pública na área de contabilidade, com ênfase ao encerramento do exercício de 2018, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada Ao Setor Público – MCASP, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, sendo:

**1 - Assessoria na análise e conferência** dos relatórios contábeis e **nos ajustes** necessários para a correta mensuração e reconhecimentos dos elementos das Demonstrações Contábeis 2018: *(Janeiro de 2019)*.

**Ativo**

Receita lançada  
Créditos Tributários e não tributários a receber  
Perda de créditos tributários e não tributários  
Empréstimos concedidos  
Contabilização de convênios a receber  
Investimentos e a equivalência patrimonial  
Estoques  
Variações diminutivas pagas antecipadamente  
Dívida ativa tributária e não tributária, por receita  
Perda da dívida ativa tributária e não tributária, e de empréstimos  
Contabilização de compensações diversas  
Créditos por danos ao patrimônio público  
Patrimônio imobilizado, cultural e de infraestrutura  
Depreciação, reavaliação, ajuste a valor recuperável e outras considerações  
Transferência de bens entre Entidades e doação de bens  
Manual de controle físico e contábil do Patrimônio imobilizado, atualizado.  
Conciliações bancárias

**Passivo**

Reconhecimento de despesas de décimo e férias por competência  
Contabilização de precatório  
Conceituação do INTRA, INTER OFSS Município, Estado e União  
Diferenciação de Passivos Contingentes e Provisões  
Consignações  
Consórcios

**Patrimônio Líquido**

Resultados do Exercício e de exercícios anteriores



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA**  
**Administrativo**

Cruzamento de informações de resultados no processo de encerramento de exercício

**Contas de Resultado**

Análise das principais Variações Patrimoniais diminutivas

Análise das principais Variações Patrimoniais aumentativas

**Contas do Sistema Orçamentário**

Previsão e execução do orçamento

Restos a pagar

Alterações orçamentárias

**Contas de Controle**

**Fontes e recurso**

**2 -** Assessoria na conferência e análise das Demonstrações Contábeis 2018, com ênfase nos procedimentos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). *(Fevereiro de 2019).*

Balanço Orçamentário

Balanço Financeiro

Demonstração das Variações Patrimoniais

Balanço Patrimonial Lei Federal nº 4.320/64 e de acordo com as NBCASPs

Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

**3 -** Assessoria na elaboração das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis 2018, de acordo com critérios adotados em atendimento as NBCASP e orientações do TCE/SC. *(Fevereiro de 2019).*

“Visando melhorar a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público com as de outras entidades, sugere a seguinte ordem de apresentação das notas explicativas:

Informações gerais:

- i. Natureza jurídica da entidade.
- ii. Domicílio da entidade.
- iii. Natureza das operações e principais atividades da entidade.
- iv. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

b) Resumo das políticas contábeis significativas, por exemplo:

- i. Bases de mensuração utilizadas, como: custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável.
- ii. Novas normas e políticas contábeis alteradas.
- iii. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas.

d) Outras informações relevantes, por exemplo:

- i. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;
- ii. Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas;
- iii. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro;
- iv. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.”

**PLANO DE TRABALHO: SERVIÇO DE ASSESSORIA REALIZADO NA FORMA PRESENCIAL E A DISTÂNCIA**

- Assessoria presencial durante o expediente da contratante, por profissionais da empresa nas atividades relacionadas acima, com carga horária de 08 horas.

- Assessoria a distância com atendimento da demanda do município, com orientações via e-mail e telefone, acesso remoto e outros meios eletrônicos, orientando e acompanhando o envio dos dados, durante o período contratado. Assessoria com produção de materiais atendendo a demanda do objeto.

..

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

Rua José Marocco, 2226 – Centro – Cep: 89818-000 – Nova Itaberaba/SC – Fone/Fax (49) 3327-0066  
CNPJ: 95.990.131/0001-70 - Site: [www.novaitaberaba.sc.gov.br](http://www.novaitaberaba.sc.gov.br)



2 - O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: Direta.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1 - A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, pela aquisição do material e/ou serviço objeto deste Contrato, o preço proposto que é R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) em parcela única.

3.2 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da **CONTRATADA** incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

3.3 - O pagamento será efetivado pela Tesouraria da Secretaria de Finanças da **CONTRATANTE** ou Ordem Bancária, no seguinte prazo: até 30 dias após a entrega do produto/serviço, após a entrega do objeto licitado pelo proponente, mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pela Prefeitura Municipal.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO**

4 - O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a aquisição do material será reajustado de acordo com o seguinte critério: Sem reajuste.

### **CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

5 - O prazo de fornecimento do material e/ou serviço é de Conforme calendário de entrega, elaborado pela GABINETE DO PREFEITO, e terá vigência de 27/11/18 á 28/02/19, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 60 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

### **CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS**

6 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Despesa	Descrição da Despesa	Fonte de recurso	Valor da Reserva
7495	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	100	5.500,00

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE**

7.1 - O material ou serviço somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo Órgão competente da **CONTRATANTE**.

7.2 - No caso de não aceitação do material pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá providenciar, sem ônus para a **CONTRATANTE**, a substituição dos materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação recebida.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

8 - O presente Contrato poderá ser alterado de acordo com o artigo nº. 65 da Lei Nº. 8.666/93.

### **CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA**  
**Administrativo**

---

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº. 8.666/93.

9.1.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).

9.1.2 - Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA poderá aplicar a multa em dobro da, forma do item 9.1.1.

9.1.3 - Advertência

9.1.4 - Suspensão do direito de licitar, junto à MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA.

9.1.5 - Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal Sr. MARCIANO MAURO PAGLIARINI, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

9.2 - O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 9.1.1. e 9.1.2. será contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

9.3 - Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

10 - Caberá rescisão de Contrato, por ato unilateral (e formal) da **CONTRATANTE**, no que couber, nos casos previstos e nos artigos nºs. 77 e 78, da Lei Nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

11 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA, 27/11/18.

---

**MARCIANO MAURO PAGLIARINI**  
PREFEITO MUNICIPAL

---

**ANGELITA ADRIANE DE CONTO**  
REPRESENTANTE LEGAL

---

Gilberto Souza dos Santos  
Fiscal do Contrato

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

*O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei das licitações, pelo que de acordo com o que estabelece o art. 38 Parágrafo Único da referida Lei, o dou como aprovado.*

---

**Mauro Cesar Ribeiro dos Santos**  
OAB-SC 23.347